

“Para depois mostrar aos brancos na sua terra”: construindo o império (também) através da literatura

Leonor Pires Martins

No relato *De Benguella às Terras de Iácca* (1881), Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens contam que, certo dia, ao dirigirem-se para o Cuango, receberam o convite de um chefe local para visitarem a sua aldeia. Chegados à casa do anfitrião, os dois exploradores dispuseram-se a satisfazer a curiosidade indígena acerca do motivo das suas andanças por aquelas terras. Andavam em busca de marfim? Queriam comprar cera? Gente? Borracha? As respostas sucediam-se negativas, deixando o interlocutor africano cada vez mais intrigado.

Capelo e Ivens acabaram então por explicar que viajavam só para “ver” e “escrever”, esclarecendo que as fazendas e missangas que transportavam serviam apenas como moeda de troca para a obtenção de mantimentos. “E para que servem esses escritos?”, quis ainda saber o chefe africano. “Para depois mostrar aos brancos na sua terra”, disseram, por fim, os exploradores (Capelo e Ivens 1881: 219-220, I volume).

A narrativa deste encontro bem pode ser lida como uma explicação graciosa de uma actividade literária que, do meu ponto de vista, ocupa um lugar intersticial na literatura de viagens ultramarinas. Capelo e Ivens não são já os viajantes-cronistas que revelarão novas geografias, povos, floras e faunas, costumes e religiões às audiências metropolitanas que os aguardam com expectativa. O tempo das descobertas e da expansão ultramarina, evocado tão amiúde na obra destes “navegadores terrestres”, é já um tempo distante, há muito documentado por uma vasta literatura descritiva e narrativa que apresentou várias formas, desde os grandes tratados históricos às



(Fig. 1)

curtas reportagens, passando pelas corografias, itinerários, ou ainda os relatos, descrições e crônicas de cunho etnográfico, entretecidos com episódios de aventura e sensacionalismo (Saraiva e Lopes s/d: 283-296). Ainda que esses textos fundadores da literatura de viagens ultramarinas portuguesas tenham influenciado, na forma e nas matérias abordadas, narrativas posteriores de contacto com outras regiões do globo, como as de Capelo e Ivens¹, creio que estes novos “agentes do império”, mais habilitados cientificamente, apoiados por modernas técnicas de observação e registo, e a quem cabe divulgar, através de mapas, estudos, relatos, desenhos e conferências, todos os elementos naturais, humanos e materiais que caracterizavam os domínios ultramarinos portugueses, estarão mais próximos do programa de uma literatura que, alguns anos mais tarde, se oficializou chamar “literatura colonial”.

Na origem desse processo está o “Concurso de Literatura Colonial”, criado em 1926 pela Agência Geral das Colónias (AGC). Tratava-se de um certame anual que pretendia distinguir, através da atribuição de prémios pecuniários, os escritores que melhor fizessem a “propaganda” do império e, assim, contribuíssem para incentivar “o gosto pelas coisas coloniais”, em especial junto dos mais jovens, “na forma de romance, novela, narrativa, relato de aventuras, etc.” (Portaria n.º 4565, *Diário do Governo*, n.º 10, 1ª Série, 12.1.1926).



(Fig. 2)

1 Esta observação é extensiva à obra de outros exploradores africanistas contemporâneos, como é o caso do notabilizado Alexandre de Serpa Pinto (*Como Eu Atravessei África*, 1881) — que partilhou, de início, o comando da expedição de 1877-79 com Capelo e Ivens —, ou do menos popular Henrique A. Dias de Carvalho, chefe de uma expedição diplomática enviada à Corte do império da Lunda (1884-1888), no nordeste de Angola, e da qual resultariam várias publicações. Entre as principais, contam-se um álbum com 287 fotografias (Carvalho e Aguiar 1887), uma obra em quatro grandes volumes contendo o relato das várias etapas da viagem (Carvalho 1890-1894) e vários estudos, igualmente extensos, sobre a história, etnografia e língua dos povos da Lunda (Carvalho 1890a, 1890b e 1892).

Ao longo dos anos, o regulamento do concurso foi sofrendo algumas alterações, nomeadamente no número de prémios em competição e no “menu” de categorias, ou modalidades, em que as potenciais obras concorrentes poderiam enquadrar-se. Da atribuição de um primeiro e segundo prémios gerais que marcou a fase inicial do concurso (admitindo-se a possibilidade de contemplar um terceiro vencedor), passou-se, a partir de 1932, a premiar os autores em três categorias distintas: conto, ficção, narrativa, novela, relato de aventuras e romance; biografia, etnografia, história e viagem; e literatura científica.

Em 1954, fez-se uma nova alteração ao regulamento, criando-se quatro prémios cujas designações homenageavam figuras da literatura portuguesa com obra consagrada ao ultramar: “Prémio Camilo Pessanha” para os originais de poesia; “Prémio Frei João dos Santos” para o ensaio sociológico, etnográfico, ou de disciplinas afins relacionadas com o conhecimento do Homem; “Prémio Fernão Mendes Pinto” para a novelística (romance, conto e novela) e “Prémio João de Barros” para a história. Esta iniciativa, expressando um tributo aos ancestris da “literatura colonial”, veiculava, afinal, a ideia de uma já longa tradição literária portuguesa alusiva ao império que, de resto, viria ser reafirmada em 1969 com a criação de um quinto prémio em honra de Pêro Vaz de Caminha, destinado a distinguir textos no domínio da reportagem.

Independentemente das alterações que foram sendo feitas, a iniciativa de Armando Cortesão, director da AGC à época da criação do concurso, manter-se-ia fiel ao seu espírito programático original: estimular e desenvolver a produção literária, em língua portuguesa, sobre as colónias e a obra “civilizadora” do regime, na convicção de que o contacto da população metropolitana com esses textos a aproximaria dos “enormes prolongamentos da Pátria que ficam além Atlântico” (AGC 1926: 152)².

Como já escrevi (Martins 2012), não deixa de ser curioso constatar que, decorrida uma década sobre a criação do concurso, em plena época de proliferação de publicações de temática colonial, houvesse quem fizesse um balanço desencantado dessa atividade literária, assim como de várias outras expressões artísticas e culturais alusivas ao império e que tanto o Governo, através dos seus organismos oficiais, como algumas instituições privadas (a Sociedade de Geografia de Lisboa, por exemplo), iam promovendo de forma mais regular desde o início da década de 1930. Esse balanço não proveio de uma figura qualquer. Tratava-se de Henrique Galvão, um dos ideólogos do regime mais influentes no sector das acções de propaganda colonial dos anos trinta. Numa entrevista dada à revista *Portugal Colonial* que ele próprio dirigia,

2 Para uma panorâmica mais detalhada da génese e das diferentes fases deste concurso, que durou até ao fim do regime colonial, embora com algumas intermitências, vd. Garcia 2008.

Henrique Galvão afirmava de forma peremptória o seguinte:

Não temos uma verdadeira Literatura Colonial, pela mesma razão que não temos pintura, escultura ou música colonial – pela mesma razão porque não temos no mundo do espírito, o ideal, o pensamento e as ideias que deveriam corresponder à importância territorial do nosso mundo colonial. Assim: temos pessoas que sentem, pensam e dominam as grandes questões espirituais do império – mas não temos uma sociedade portuguesa integrada na verdade do seu destino histórico. Assim: temos homens que escrevem sobre as colónias – mas não temos uma Literatura Colonial. Temos apenas algumas obras publicadas, como melhor ou pior fortuna, mérito ou demérito, sobre as cousas e as gentes das colónias. Não pense que chegue – em qualidade sobretudo para constituir uma literatura. (Galvão 1936: 3).

Henrique Galvão não estava isolado nas suas ideias. Um ano depois, a revista *Seara Nova* publicava um artigo do escritor Paulo Braga, em que este partilhava o seu cepticismo relativamente à existência de uma “verdadeira” literatura colonial portuguesa. Mas se, para Galvão, as bases da sua descrença pareciam estar relacionadas com a incapacidade da maioria da população em assimilar o sentido dessas propostas culturais, para Paulo Braga, a causa do problema estava definitivamente do lado da produção, isto é, na generalizada falta de talento dos escritores portugueses (ou dos aspirantes a uma carreira literária) e, curiosamente, na euforia imperialista que marcava o Portugal da época e dava azo ao aparecimento de uma plêiade de putativos especialistas nos mais diversos assuntos do império. Na opinião de Braga, a literatura colonial assemelhava-se, pois, a “uma série de notas officiosas e de tentativas literárias, a uma pequena literatura regional, às vezes, e nunca a um aspecto importante da Literatura de um povo com projecção em todos os continentes.” O escritor apontava a “falta de génio e sinceridade” dos escritores que, sendo “incapazes de escrever um artigo de jornal ou uma crónica de revista literária” se tornavam, “com uma facilidade inaudita”, figuras respeitadas da literatura colonial:

Quando um senhor qualquer visita duas ou três colónias numa viagem de quinze dias, o País fica a possuir mais um intelectual saturado de ciência para escrever tratados sobre as mais complexas questões da colonização, onde todos nós iremos encontrar aquele estilo de sebenta e de cópia de coisas estrangeiras que as nossas Universidades cultivam carinhosamente... (Braga 1937: 304)

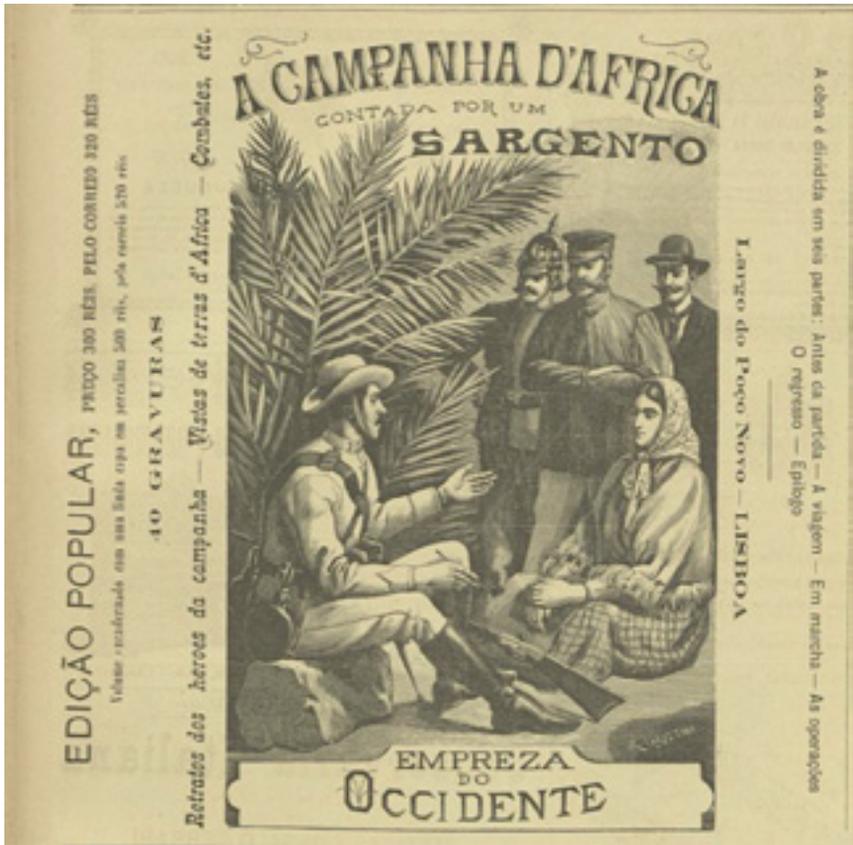
Num outro passo do artigo, referia-se ainda aos conferencistas que eram pagos “a três mil escudos e que não fazem a mínima ideia do que é o Ultramar na paisagem e na vida e só dizem banalidades com a usual repetição de lugares comuns.” Para Paulo Braga, era este, no fundo, um dos resultados dos tempos

que se viviam, em que a “alta cotação das emoções exóticas” e a “depreciação do lirismo”, acabavam por caucionar a multiplicação de alegados especialistas sobre os assuntos do império. Já na parte final do artigo, o autor acaba por desvendar a principal causa de todas as “inferioridades” da literatura colonial portuguesa — nem mais, nem menos do que o concurso promovido pela AGC:

Na generalidade, os nossos escritores e artistas colonialistas não são mais do que ingénuos participantes de um concurso em divagações à volta de um tema oficial: o da divulgação da história e da vida ultramarina em linguagem Cook's, com o imprescindível requerimento de elogios a homens e factos escritos sem o mínimo de consciência e dignidade mental. (...) Os autores leem as condições de um concurso e nada mais conseguem fazer do que exercícios à volta de uma única finalidade. E, embora com princípio em emoções diferentes, quase todas as obras que constituem a moderna literatura colonial se uniformizam logo na concepção e se realizam num só sentido. Se assim não fosse, se uma liberdade de concepção assistisse à sua fase criadora, a grande produção literária dos nossos dias dar-nos-ia, indubitavelmente, muito de, pelo menos, aproveitável.” (Braga 1937: 304-305).

Na época em que Capelo e Ivens publicaram os seus relatos (*De Benguella às Terras de Iácca*, já mencionado, e *De Angola à Contracosta*, 1886), resultantes de duas expedições pelo interior-centro africano (1877-79 e 1884-85), o país estava ainda um pouco longe de assistir à ofensiva ideológica que um novo regime político haveria de promover, ou caucionar, em torno do império e que se traduziu num conjunto de iniciativas de âmbitos diversos (conferências, exposições, feiras comerciais, cruzeiros de férias, publicações periódicas, missões cinegráficas, etc.), onde também se incluía o referido concurso literário. De todo o modo, naquele último quartel do século XIX, período marcado por uma vigorosa competição europeia em torno do domínio colonial do continente africano, os tempos não foram de somenos importância relativamente às matérias ultramarinas. Pelo contrário, as fronteiras coloniais das regiões africanas que integram o mapa do “Império Colonial Português” que o regime do Estado Novo herdará e que, por todos os meios, procurará galvanizar e conservar, começaram naqueles anos a ser negociadas, disputadas, desenhadas a regra e esquadro, até alcançarem os seus contornos finais, já muito perto da viragem do século. As expedições geográficas à “África portuguesa” das décadas de 1870 e 1880 anunciam, pois, o envolvimento de Portugal no movimento europeu que ficou conhecido como “A Corrida à África”, seguindo-se-lhes operações militares de “pacificação” que se prolongaram até ao final da Primeira Guerra Mundial. Não é, pois, por acaso que os géneros prevaletentes da literatura de temática colonial publicada neste período tenham sido os

relatos de viagem, de campanhas militares e os ensaios histórico-geográficos ou de âmbito etnográfico.



(Fig.3)

A partir dos finais da década de 1920, começará a desenvolver-se o domínio da ficção, com a aparição de maior número de romances, contos e novelas inspirados em motivos exóticos.

Essas expedições geográficas e operações militares, “empresas” de produção de conhecimento, por um lado, e de “pacificação” de populações em conflito com a autoridade colonial, por outro, tiveram lugar num tempo em que era urgente dar provas às potências colonizadoras rivais (Grã-Bretanha, França, Alemanha e Bélgica, sobretudo) do interesse e da capacidade nacionais em ocupar e controlar, de forma permanente e eficaz, os territórios ultramarinos que eram objecto de pretensão, assim como as regiões onde a Coroa portuguesa exercia já uma soberania informal de longa data. A par destes empreendimentos patrióticos, decorreram negociações políticas e diplomáticas que geraram

acordos e tratados entre nações sobre o futuro mapa colonial da África, a realização de grandes comemorações nacionais que trouxeram à memória colectiva figuras e acontecimentos do passado considerados glorificantes da cultura e identidade do povo português (centenários de Camões, 1880, do infante D. Henrique, 1893, e da descoberta do caminho marítimo para a Índia, 1898), ou ainda várias participações portuguesas nas grandes exposições universais — eventos onde a apresentação de pavilhões e secções coloniais foram presença vulgar para a afirmação dos interesses e vocações imperialistas dos países participantes. Naqueles anos, interessava, em suma, reavivar todo um passado histórico de vocação expansionista e traçar uma genealogia da presença portuguesa além fronteiras, recuperando a memória de antigos viajantes e, ao mesmo tempo, face às novas exigências emanadas das chancelarias europeias, demonstrar, *no presente*, a capacidade do país em explorar, conhecer e administrar os “seus” territórios ultramarinos. É este jogo dialogante entre passado e presente que marcará de forma bastante significativa os textos dos exploradores portugueses do final do século XIX, e que nunca deixará de estar presente na literatura colonial que continuará a publicar-se, mesmo quando o império é já uma realidade “cartograficamente” consolidada.

A produção literária, muitas das vezes ilustrada, dedicada aos territórios ultramarinos que nas últimas duas décadas do século XIX começa a ganhar maior expressão editorial — não só no suporte livro, mas também, e em boa parte, nas páginas da imprensa periódica que presta uma atenção crescente às questões coloniais — foi, a um tempo, resultado de um contexto histórico propício ao seu desenvolvimento e um instrumento poderoso na construção e projecção da representação de Portugal para lá das suas fronteiras metropolitanas. Essa literatura, nos mais diversos géneros e formas narrativas, ajudou a que uma parte da população metropolitana imaginasse (também por via das ilustrações que habitualmente preenchiam esses volumes) os territórios e populações desse outro Portugal, que, já nos finais de Oitocentos, se dizia estender e prolongar para além das suas fronteiras metropolitanas. Essa literatura, portanto, não só teve papel decisivo na familiarização dos portugueses com a paisagem física e social dos domínios ultramarinos portugueses, mas foi também elemento chave na disseminação da ideia de que aqueles eram partes integrantes do território nacional.

“Ver” e “escrever”, “para depois mostrar aos brancos na sua terra”. Foi com esta ligeireza que Capelo e Ivens justificaram a sua presença em território angolano, apresentando-a como exercício aparentemente simples de observação e registo que tinha o público metropolitano como destinatário. Ao fim e ao cabo, a dupla de exploradores pretendeu, assim, asseverar o valor documental da sua obra, atribuir-lhe autoridade científica, já que obtida mediante observação

e experiência directas. Mas para um investigador que utilize a literatura de temática colonial como fonte de pesquisa não deverá interessar a inquirição da “verdade” histórica, geográfica ou etnográfica que informa esses textos. O seu valor documental reside, quanto a mim, noutra ponto. Através da leitura desses textos, poderemos perceber melhor a “situação colonial”, a visão, o imaginário e as idiosincrasias dos observadores, as expectativas dos leitores, enfim, o modo como o império foi também uma construção literária.

Figuras:

1. Primeira página da revista *O Occidente* (1878-1915), publicada por ocasião da chegada de Capelo e Ivens a Lisboa em 1 de Março de 1880. Junto aos pés dos exploradores, vemos uma caixa com os cadernos de notas que serviriam de base à produção do relato da viagem. A representação destes objectos não foi inocente: assim se pretendeu assinalar que o registo escrito e ilustrado (este último, pela mão de Roberto Ivens) das observações feitas no terreno era um dos resultados da viagem mais importantes que os expedicionários trouxeram na bagagem. *O Occidente*, n.º 54, 15.3.1880. Fonte: Hemeroteca Municipal de Lisboa.

2. Texto da Portaria n.º 4565 relativa à criação do “Concurso de Literatura Colonial”, publicado no *Diário do Governo*, n.º 10, 1ª Série, de 12 de Janeiro de 1926.

3. Capa do livro *A Campanha de África Contada por um Sargento* de Caetano Alberto (1896) e cuja 3ª edição foi insistentemente publicitada na secção de anúncios da revista *O Occidente*. Esta imagem é muito sugestiva, comunicando de forma perspicaz uma proposta de comunhão em torno do império que vinha pairando sobre a sociedade portuguesa já desde os meados da década de 1870. Um sargento, regressado de uma campanha militar em África, reúne à sua volta, tal “contador de histórias” benjaminiano um pequeno grupo de pessoas. Fala para elas, captando a sua atenção. Não interessa aqui o que conta, mas para quem conta: uma camponesa, que imaginamos iletrada; à direita, um homem de aparência ilustre e distinta; um guarda municipal, à esquerda; e ao centro, um outro homem de figura modesta e popular. O narrador, como o título do livro indica, é um oficial do exército com a patente de sargento, categoria mais ou menos intermédia na escala hierárquica militar. Ao fim e ao cabo, na imagem que ilustra a capa do livro estão representados portugueses de diferentes classes sociais, como que a sugerir que a atenção sobre

os territórios ultramarinos da nação era, ou deveria ser, transversal às várias camadas e estratos sociais da população portuguesa. *O Occidente*, n.º 697, 10.5.1898. Fonte: Hemeroteca Municipal de Lisboa.

Referências bibliográficas:

- AGC 1926, “Serviços da Agência Geral das Colónias. Primeiro Concurso de Literatura Colonial”, *Boletim Geral das Colónias*, n.º 14, pp. 152-158.
- Braga, Paulo, 1937, “Grandeza e humilhação da literatura colonial”, *Seara Nova*, n.º 520, 31 de Julho, pp. 304-306.
- Capelo, Hermenegildo Brito e Ivens, Roberto, 1881, *De Benguella às Terras de Iácca. Descrição de uma viagem na África Central e Occidental*, Lisboa, Imprensa Nacional, 2 Volumes.
- _____, 1886, *De Angola à Contracosta. Descrição de uma viagem através do continente africano*, Lisboa, Imprensa Nacional, 2 Volumes.
- Carvalho, Henrique Dias de, e Aguiar, Manuel Sertório de Almeida, 1887, *Álbum da Expedição ao Muatiânvua*. [Textos de Henrique Dias de Carvalho e fotografias de Manuel Sertório de Almeida Aguiar].
- Carvalho, Henrique Dias de, 1890-1894, *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua, 1884-1888. Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua*, Lisboa, Imprensa Nacional & Typographia do Jornal As Colónias Portuguezas, 4 Volumes [vol. I: de Loanda ao Cuango, 1890; vol. II: do Cuango ao Chicapa, 1892; vol. III: do Chicapa ao Luembe, 1893 e vol. IV: do Luembe ao Calanhi e regresso a Lisboa, 1894].
- _____, 1890a, *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua. Etnographia e História Tradicional dos Povos da Lunda*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- _____, 1890b, *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua. Methodo Pratico para Fallar a Lingua da Lunda Contendo Narrações Históricas dos Diversos Povos*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- _____, 1892, *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua. Meteorologia, Climalogia e Colonização*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Galvão, Henrique, 1936, “Literatura colonial”, in *Portugal Colonial*, n.º 69, Novembro, pp. 2-4.
- Garcia, José Luís Lima, 2008, “A literatura de propaganda colonial no Portugal Vintecentista”, *Estudos do Século XX*, n.º 8, pp. 305-315.
- Martins, Leonor Pires, 2012, *Um Império de Papel. Imagens do colonialismo português na imprensa periódica ilustrada (1875-1940)*, Lisboa, Edições 70.
- Saraiva, António José, e Lopes, Óscar, s/d., “Literatura de viagens ultramarinas”, *História da Literatura Portuguesa*, 3ª edição, corrigida, Porto Editora, pp. 283-296.